

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	7
EDITORIAL RT 1052.....	9

DOCTRINA

ADMINISTRATIVO

Pontos polêmicos instrumentais na nova Lei de Improbidade Administrativa: juízo de prelibação, vinculação da assessoria jurídica à defesa do ato e acordo de não persecução civil

Instrumental controversial points in the new Law of Administrative Improbity: preliminary judgment, binding of legal advice to the defense of the act and civil non-prosecution agreement

JOSÉ JERÔNIMO NOGUEIRA DE LIMA e THIAGO REIS AUGUSTO RIGAMONTI 19

ACESSO À JUSTIÇA

A "vulnerabilidade eletrônica" e a "sexta onda renovatória de acesso à justiça" na "Sociedade 5.0": a tecnologia enquanto obstáculo e facilitadora do acesso

The "electronic vulnerability" and the "sixth renewal wave of access to justice" in "Society 5.0": technology as an obstacle and facilitator of access to justice

MAURILIO CASAS MAIA..... 39

CIVIL

A (im)possibilidade de realização de inventário extrajudicial com a presença de interessado incapaz

The (im)possibility of carrying out the extrajudicial inventory with the presence of a legally incapable interested

TAYS PACCA FERRAZ DE CAMARGO, CAIO PACCA FERRAZ DE CAMARGO e ANA ELIZABETH LAPA WANDERLEY CAVALCANTI 59

Responsabilidade civil médico-hospitalar por eventos adversos nas cirurgias robóticas: uma análise da primeira decisão judicial brasileira sobre o tema

Medical malpractice and civil liability of hospitals for adverse events in robotic surgeries: an analysis of the first Brazilian court decision on the subject

RAFAELLA NOGAROLI 79

Aspectos jurídicos do seguro de riscos cibernéticos: primeiras impressões e possíveis desafios para contratação

Legal aspects of cyber risk insurance: first impressions and potential challenges for contracting

MARCELA JOELSONS..... 97

Da liberdade plena de contratação à autonomia da vontade limitada: uma visão sistemático-evolutiva da ingerência do Estado nas relações privadas

From the full freedom of contracting to the autonomy of the limited will: a systematic-evolutionary view of the State's interference in private relations

JORGE SHIGUEMITSU FUJITA e DANIEL CARLOS MACHADO..... 115

DIREITOS HUMANOS

O tráfico de pessoas no Brasil sob a perspectiva da mulher migrante

Human trafficking in Brazil from migrant women's perspective

PRISCILA CAMPÊLO..... 131

Compromisso de ajustamento de conduta: construção de uma política pública para a garantia do direito fundamental à higiene menstrual no cárcere

Conduct adjustment commitment: construction of a public policy to guarantee the fundamental right to menstrual hygiene in prison

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR e RAFAELA CÂNDIDA TAVARES COSTA..... 157

PROCESSO CIVIL

Tutela Provisória no Brasil: fragilidades em comparação com o contexto norte-americano

Provisional remedies in Brazil: systemic frailties compared to the north american context

CESAR ZUCATTI PRITSCH..... 177

PROCESSO PENAL

O dever de fundamentação das decisões penais, o poder punitivo estatal e a garantia de direitos: uma análise da atuação do Superior Tribunal de Justiça em casos de tráfico de drogas julgados entre 2020 e 2022

The grounds for criminal decisions, the state punitive power and the guarantee of rights: an analysis of the Brazilian Superior Court of Justice's performance in drug trafficking cases (2020-2022)

CAROLINA COSTA FERREIRA e GREICE KERR MANDRUZATO..... 209

RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA

A recuperação extrajudicial e as alterações na Lei de Recuperação de Empresas e Falências: desafios e perspectivas

Out-of-court reorganization and the reform of Business Restructuring and Bankruptcy Law: challenges and future perspectives

FILIPPE CASELLATO SCABORA 235

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A indispensável presença do advogado para a efetivação do acesso à justiça na mediação e na conciliação

The indispensable presence of the lawyer for the effectiveness of access to justice in mediation and conciliation

PATRICIA MARTINS GARCIA e THIAGO CESAR GIAZZI 257

A desjudicialização na sociedade da informação: a arbitragem eletrônica como forma de resolução de conflitos <i>Dejudicialization in the information society: electronic arbitration as a way of conflict resolution</i> ADRIELLY LETÍCIA SILVA OLIVEIRA e FÁBIO ROMEU CANTON FILHO	277
---	-----

NOTAS

Entidades (semi-)independentes e a importância do Direito Administrativo no século XXI: comentários à Lei da Autonomia do Banco Central e à Lei Quadro das Agências Reguladoras <i>(Semi-)independent entities and the importance of administrative law in the 21st century: comments on the central bank autonomy law and the framework law for regulatory agencies</i> MÁRTIN M. SZINVELSKI	295
---	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional lei estadual que estende a idade de aposentadoria compulsória para cargos que não estejam expressamente determinados na Constituição Federal
DÉBORA DE JESUS REZENDE BARCELOS
- Supremo declara inconstitucionalidade de dispositivo que determinava a suspensão do exercício profissional em decorrência de inadimplemento das anuidades
TEREZINHA FERNANDES DE OLIVEIRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Remuneração do administrador judicial não pode se sujeitar à forma fixada no plano de recuperação
RENNAN THAMAY.....
- Suspensa ações sobre a possibilidade de concessão de autorização sanitária para importação e cultivo de *Cannabis*
EDUARDO DANTAS.....

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional, por violação à competência da União para legislar sobre direito civil e seguros, lei estadual que estabelece obrigações contratuais de cobertura de planos de saúde para pessoas com deficiência.....
- São constitucionais os acordos e as convenções coletivas que limitam ou afastam direitos trabalhistas, desde que não afetem direitos indisponíveis.....

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Crime permanente e a situação de flagrância são fatores mitigadores da inviolabilidade de domicílio, permitindo o ingresso de policiais em endereço diverso do descrito em ordem judicial.....

• Juízo comum estadual é competente para processar e julgar a ação de repactuação de dívidas por superendividamento, ainda que exista interesse do ente federal.....	381
• Silêncio intencional do legislador implica a exclusão da obrigatoriedade das empresas limitadas de grande porte publicarem suas demonstrações contábeis.....	383
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
• Garantias constitucionais que protegem a gestante e o nascituro são indisponíveis e não podem ser negociadas em convenções coletivas de trabalho.....	387
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	
• Necessário o reajuste da pena, em razão da reprimenda do preceito secundário da norma que vigia anteriormente à lei penal mais gravosa, para o crime de importação de medicamentos estrangeiros sem registro no órgão de vigilância sanitária.....	391
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE	
• Postagens ofensivas à imagem da corporação militar publicadas em rede social extrapolam os limites da liberdade de expressão e crítica e acarretam o dever de indenizar.....	395
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ	
• Caracterizado o crime de receptação qualificada praticado por proprietário de assistência técnica de celulares, uma vez que ele tem capacidade técnica para avaliar a procedência do produto de origem ilícita.....	399
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ	
• Cabível a demolição de edificação construída com inobservância da legislação ambiental e urbanística em posto de combustíveis.....	403
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
• Uso malicioso de ferramenta de busca na internet para concorrência desleal gera indenização por danos materiais e morais.....	407
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
• Índice de Temas.....	415
• Índice de Autores.....	419
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA.....	423

CONTEÚDO EXTRA

50º aniversário do Dia Mundial do Meio Ambiente
e o direito humano a um clima estável

ANA PAULA ATZ e GABRIEL WEDY

